

Um olhar sobre a cobertura da Folha de São Paulo aos conflitos étnicos na China à luz do conceito de comunicação de Paulo Freire

Hideide Brito Torres

Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

E-mail: hideide@gmail.com

NO DIA 05 DE JULHO DE 2009, um conflito envolvendo duas etnias (uigur e han), no território chinês, provocou a morte de mais de 100 pessoas. Este artigo analisa a cobertura do acontecimento, feita pela Folha de São Paulo, entre 9 e 13 de julho. Indagamos de que forma as construções narrativas efetuadas pelo veículo contribuem ou não para uma comunicação cidadã.

Na sociedade pós-moderna, mais do que nunca, a mídia possui um importante papel – e, em alguns momentos, central – na forma como vemos a realidade e agimos frente a ela. Não se pode ignorar, por isso, que o ato de informar ou reportar é pleno de significados, os quais vão muito além do acontecimento em si. As notícias podem ser entendidas como uma construção social dos fatos, ou, no dizer de Alfredo Vizeu, o discurso jornalístico “é um trabalho de transformação incorporal dos fatos”; “um ato de linguagem”, “um processo de doação de sentido”; “uma disposição ordenadora dos fatos” (VIZEU, 2004, p. 141-153).

O jornalista deve, pois, conscientizar-se de que não é tão somente um transmissor da notícia. É necessário assumir seu papel ativo na forma como as representações sociais se configuram no seu discurso. Seu enunciado é profundamente uma (re)construção, um ponto de vista dos fatos, no qual não apenas o acontecido é narrado, mas valores ideológicos, formações discursivas anteriores, valores e visões de mundo atravessam o profissional e sua fala/escrita enquanto ele se propõe a narrar o cotidiano, muito embora se baseie numa pretensa imparcialidade ou neutralidade.

Superar a pretensão de neutralidade para conhecer o outro

Paulo Freire, na obra “Educação e Mudança”, questiona a postura de neutralidade/imparcialidade. Embora aborde o papel do educador, cremos que suas argumentações são válidas para qualquer profissional. Para ele, a postura de neutralidade tem a ver com medo. Ele afirma que o profissional tem um compromisso para com a sociedade, o qual está diretamente conectado com sua capacidade de refletir e de agir, de modo concreto, no mundo:

O compromisso, próprio da existência humana, só existe no engajamento com a realidade, de cujas “águas” os homens verdadeiramente comprometidos ficam “molhados”, ensopados. Somente assim o compromisso é verdadeiro. Ao experienciá-lo, num ato que necessariamente é corajoso, decidido e consciente, os homens já não se dizem neutros. A neutralidade frente ao mundo, frente ao histórico, frente aos valores, reflete apenas o medo que se tem de revelar o compromisso. Este medo quase sempre resulta de um “compromisso” contra os homens, contra sua humanização, por parte dos que se dizem neutros. Estão “comprometidos” consigo mesmos, com seus interesses ou com os interesses dos grupos aos quais pertencem. E como este não é um compromisso verdadeiro, assumem a neutralidade impossível. O verdadeiro compromisso é a solidariedade, e não a solidariedade com os que negam o compromisso solidário, mas com aqueles que, na situação concreta, se encontram convertidos em “coisas”. (FREIRE, 1981)

Eduardo Meditsch e Mariana Bittencort Farraco, ao estabelecer as relações entre o pensamento de Paulo Freire e o jornalismo, também afirmam a forte oposição do pedagogo ao conceito de neutralidade, citando sua fala de que “a raiva perante a injustiça nos impede de ser acinzentadamente imparciais, sem perder a ética”. Segundo eles, “este é um dos muitos argumentos utilizados por Freire, ao longo de sua obra, para demonstrar que, tanto em Educação como em Comunicação, é impossível ser totalmente neutro” (MEDITSCH e FARRACO, 2003).

Assim sendo, a não-neutralidade não tem a ver com partidarismo ou parcialidade, mas com a capacidade de abstrair-se da realidade e sobre ela refletir de modo mais amplo possível. Tem tudo a ver, portanto, com compromisso, conforme enfatizado na citação acima.

A narrativa jornalística, para ser cidadã, deve fazer-se comprometida e, por isso mesmo, visar à comunicação também na acepção que lhe dá Paulo

Freire, para quem “comunicação é a co-participação dos sujeitos no ato de pensar”. Ele afirma ainda que “é um diálogo na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (FREIRE, 1971, p. 67-69). Daí que a comunicação tem a ver com conhecer o outro, sendo que

o ato de conhecer é sempre um ato de engajamento (...) A comunicação/diálogo não apenas supõe co-participação e reciprocidade, mas, acima de tudo constitui um processo significativo que é compartilhado por sujeitos iguais entre si também numa relação de igualdade. A comunicação deve ser vivida pelos seres humanos como sua vocação humana. Em outras palavras, a comunicação deve ser vivida em sua dimensão política. (LIMA, 2004, p. 63)

A consciência das palavras e silêncios no enunciado jornalístico

Todas as questões acima levantadas colocam diante de nós o desafio de, na análise do enunciado jornalístico, perceber de que forma os discursos construídos revelam o compromisso/descompromisso do jornalista/veículo com o aspecto de cidadania de seu enunciado. As palavras que utiliza e as formas como as emprega podem denotar não apenas questões políticas, econômicas ou de quaisquer ordens que lhe sejam particulares ou que representem a posição do veículo no qual trabalha. Elas também sinalizam o que se enraíza como preconceitos ou ideologias que reduzem o outro, estereotipando-o, negando-lhe a palavra, cerceando-a ou apresentando-a de forma restrita ou distorcida.

Essas questões se tornam ainda mais pertinentes quando avaliamos que, na grande mídia, a maioria das coberturas internacionais se dá por meio de agências de notícias e não pela presença *in loco* do jornalista. Por isso mesmo, a figura do correspondente na Folha de São Paulo, por exemplo, continua sendo fundamental para trazer ao conhecimento do povo brasileiro informações e visões que falem mais de perto a esse leitor e que podem mobilizá-lo de forma mais ativa para a cidadania e a reflexão. Segundo Maíra Soares, 70% da cobertura internacional da Folha de São Paulo provêm das agências de notícias e apenas 8% são produzidas por correspondentes brasileiros no exterior. E são apenas cinco as grandes agências internacionais, todas elas baseadas em

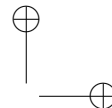
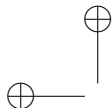
países desenvolvidos. As dificuldades surgidas da produção de notícias nesse contexto são citadas por Soares como sendo:

1. *Homogeneização das informações*: poucas agências distribuem a maior parte da informação mundial e fazem isso diariamente para milhares de meios de comunicação. Portanto, é inviável a produção de um texto diferente para cada veículo. Dessa forma, torna-se inevitável que as notícias selecionadas para publicação sejam as mesmas em diversos países e que seus textos sejam muito parecidos, senão, iguais. 2. *Predominância de notícias de agências no noticiário internacional*: a credibilidade conferida a essas empresas, devido ao seu trabalho de mais de um século e o alto custo da manutenção de sucursais ou mesmo de correspondentes, faz com que a maior parte do noticiário internacional dos jornais seja preenchida por notícias produzidas por agências. 3. *Perda de foco*: grande parte das agências tem vínculos, diretos ou indiretos, com os governos de seus países e refletem na maioria das vezes, posições ou interesses deles. Além disso, as agências estão preocupadas com as grandes pautas, em especial as de interesse norte-americano e europeu. Portanto, as agências reproduzem, mesmo que involuntariamente, os pontos de vista e os interesses das nações desenvolvidas, que, obviamente, não são os mesmos dos países em vias de desenvolvimento, denominados emergentes. No entanto, esses últimos continuam a se pautar pelos temas disseminados pelas agências. (SOARES, 2008, p. 1182-1183)

Assim, os jornais se limitam a “copiar-colar” o que vem a partir do olhar do outro, já entrecortado por uma série de interesses e discursos que não são nem o do retratado nem o do interlocutor. Isso faz com que a informação se fragilize e se chegue à total falta de condições para realizar a comunicação, uma vez que ao outro não é dada a palavra, ou o direito de dizer:

Dizer a palavra, em um sentido verdadeiro, é o direito de expressar-se e expressar o mundo, de criar e recriar, de decidir, de optar. Como tal, não é o privilégio de uns poucos com que silenciam as maiorias. É exatamente por isso que, numa sociedade de classes, seja fundamental à classe dominante estimular o que vimos chamando de cultura do silêncio, em que as classes dominadas se acham semimudas ou mudas, proibidas de expressar-se autenticamente, proibidas de ser. (FREIRE, 1978, p. 48)

A palavra vem carregada de sentidos, bem como o silêncio. Ao optar por uma palavra e não outra, por exemplo, o jornalista/veículo se posiciona frente ao fato e ao outro ou outros a quem se dirige e de quem faz referência. A



conscientização e a análise desses fatos são extremamente relevantes para se conhecer

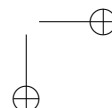
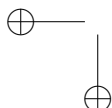
as condições que permitem o aparecimento de certos enunciados e a proibição de outros. Isso significa que, num dado momento histórico, há algumas ideias que devem ser enunciadas e outras que precisam ser caladas. Silenciamento e exposição são duas estratégias que controlam os sentidos e as verdades. Essas condições de possibilidade estão inscritas no discurso – elas delineiam a inscrição dos discursos em formações discursivas que sustentam os saberes em circulação numa determinada época (...) Analisar os discursos significa tentar compreender a maneira como as verdades são produzidas e enunciadas. (GREGOLIN, 2007, p. 15)

Análise das matérias da Folha de São Paulo na semana de 09 a 16 de julho

Na semana analisada, houve matérias sobre o tema todos os dias, exceto na quarta-feira, 15 de julho. Foram 16 matérias ao todo, sendo a maioria publicada no Caderno Mundo. No sábado e domingo, duas notas apareceram na seção “Folha Corrida”: sábado, dia 11: uma foto não-identificada com uma pequena chamada e no domingo, dia 12, uma nota do correspondente resumindo os acontecimentos da semana. Quanto à origem das informações, veja a distribuição das matérias:

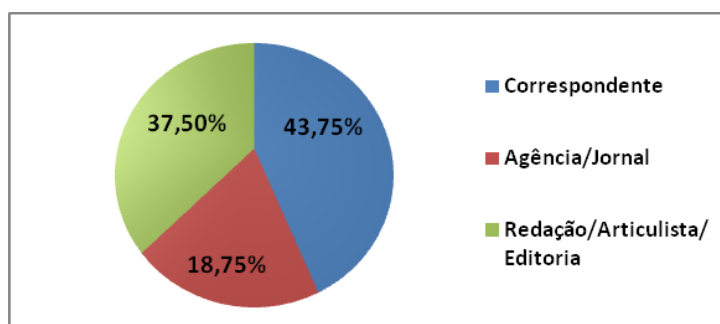
Tabela 1: Distribuição das matérias por autoria

Correspondente	Agência/Jornal	Redação/Articulista/Editoria
07	03	06



Percentualmente, podemos visualizar a distribuição das matérias da seguinte forma, conforme o gráfico 1:

Figura 1: Gráfico de distribuição das matérias



Cabe acrescentar que, das seis matérias oriundas da redação, três trazem no rodapé a informação “com agências internacionais”. Também é importante pontuar que os textos oriundos da redação têm dois formatos: nota ou matéria.

No primeiro caso, é elaborado com base em um material recebido por assessorias de imprensa, agências de notícias e jornais internacionais, contudo, como são muito pequenos (menos de 200 caracteres), não são citadas as fontes e são atribuídos à redação. No caso das matérias, trata-se de textos maiores assinados por jornalistas que trabalham na redação e que apuram as informações e fazem entrevistas por telefone ou pela internet. (SOARES, 2008, p. 1188)

Dos seis textos ‘da redação’, dois possuem a assinatura de jornalistas; três, em função do tamanho, podem ser descritos como matérias (embora se baseiem unicamente em material de agências internacionais) e apenas um pode ser considerado uma nota. Observando essas questões, como bem pontua Soares, é possível “perceber qual o volume da produção de textos apurados pelo próprio jornal” (SOARES, 2008, p. 1188). Para efeito de exemplo, citamos a matéria publicada na terça-feira, 14 de julho. Depois de apresentar a versão oficial do governo sobre a morte de dois homens uigures, a tiros, pela polícia, a matéria da redação informa: “Já outra versão, relatada por testemunhas às agências de notícias Associated Press e France Press, afirma que os baleados haviam atacado paramilitares (...)”. A informação chega, portanto, ao

leitor brasileiro do modo mais vago possível. Testemunhas não identificadas falam a repórteres não identificados, gerando uma notícia de terceira via, não averiguável e, portanto, não confiável.

O fato de haver um correspondente da Folha na China no decorrer da semana seguinte aos eventos mostra que o assunto teve potencial para *ser notícia*. O volume de matérias produzidas por ele é bastante relevante num contexto em que predominam os textos de agências internacionais. Os textos também ocupam bons espaços na diagramação do jornal, especialmente na quinta-feira, dia 09 e no domingo, dia 12 de julho, muito embora a publicidade chegue a interferir visualmente. A produção da redação também é considerável (vide gráficos).

Nas matérias elaboradas pelo correspondente, percebe-se maior presença opinativa no texto e um número considerável de entrevistas, nas quais ele prioriza a voz das pessoas nas ruas, citando-as pelo primeiro nome e, em alguns casos, mencionando sua profissão (ou falta dela, pois há muitos desempregados), faixa etária, estado civil e até mesmo as roupas que usavam (por exemplo: “Fatimi, jovem, mãe de três filhos, com o lenço colorido na cabeça, que caracteriza as uigures, e um vestido longo, rosa e vermelho” ou “Yusuf, com o rosto todo inchado, depois de ser surrado por chineses han” – Caderno Mundo, Sexta-feira, 10 de julho, A10).

É possível também perceber nuances do sentimento ou impressão do jornalista acerca da realidade que o cerca: “A polícia, que lotava a praça, demorou para interferir” (09/07); “é difícil separar fatos dos boatos” (09/07); “há uma clara divisão na cidade” (09/07). Em seu discurso, pode-se perceber uma posição mais crítica em relação ao governo do que nos textos de redação e agências internacionais. Ele afirma, por exemplo, que “o governo chinês acusou ontem os manifestantes” (10/07, grifo meu); “pela mídia estatal chinesa, só os han foram vítimas; agressões a uigures não aparecem na TV” (10/07).

Podemos observar também que a relevância da cobertura e da sua análise decresce conforme os dias se passam e o interesse internacional se volta a novos fatos, esses sim, da “atualidade” – o eterno presente do jornalismo. Veja os números na tabela abaixo:

Tabela 2: Quantidade de reportagens por dia

Dias	Qtde. de reportagens
09/07 - Quinta	5
10/07 - Sexta	2
11/07 - Sábado	1 (foto)
12/07 - Domingo	5
13/07 - Segunda	1
14/07 - Terça	1
15/07 - Quarta	0
16/07 - Quinta	1
TOTAL	16

Quanto ao conteúdo dos textos, é interessante observar a forma como os personagens são dispostos e descritos. Nas chamadas, o evento aparece como conflito (06 vezes) ou choque (02 vezes) e qualificado como étnico (04 vezes). Vale a pena assinalar a forma como as duas etnias são descritas nas matérias. Veja os números na tabela e a representação visual no gráfico 2:

Tabela 3: Descrição dos uigures

Uigures	Termos usados	Quantidade
	Minoria (numérica)	18
	Muçulmanos	30
	Inverossímeis	01
	Terroristas	03
	Separatistas	04
	Chineses	04
	Assassinos	03

Na maioria das citações feitas aos grupos étnicos, os uigures são descritos como muçulmanos (30 vezes) e os han como chineses (26 vezes). Essa questão é muito importante para nossa análise: nem sequer uma vez nas 16 matérias e notas que cobriram o tema durante a semana em questão, apareceu qualquer referência à religião dos han. Os tibetanos, budistas, foram citados

Figura 2: Gráfico da descrição dos uigures

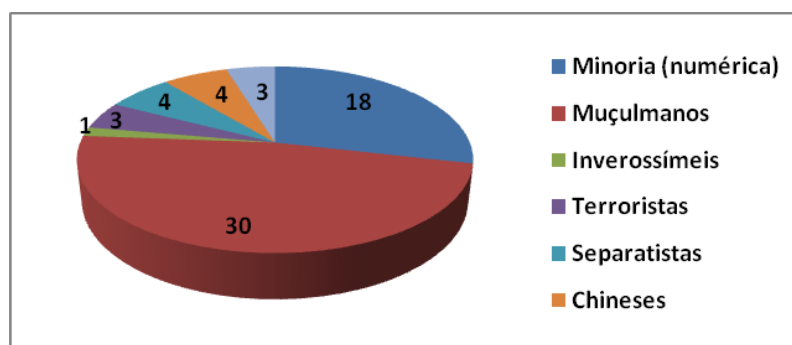
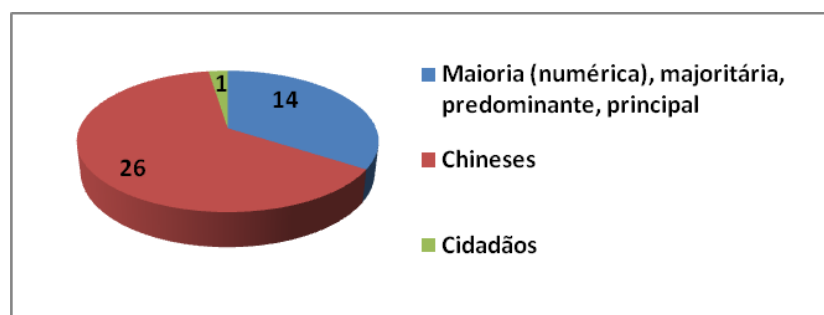


Tabela 4: Descrição dos han

Han	Termos usados	Quantidade
	Maioria (numérica), majoritária, predominante, principal	14
	Chineses	26
	Cidadãos	01

Figura 3: Gráfico da descrição dos han



três vezes, sempre em comparação aos uigures quanto ao apoio recebido internacionalmente para sua causa. A religião muçulmana dos uigures é usada como justificativa para a falta de apoio e interesse dos países e algumas vezes vinculada nos textos à violência e ao terrorismo.

Entretanto, na cobertura dos eventos em si, pouca ou nenhuma influência direta da prática religiosa uigure é mostrada/percebida como a causadora dos conflitos – as questões que aparecem com maior evidência são de ordem econômica e social (pobreza, favelização, analfabetismo); política (discriminação por parte do governo, desterritorialização do povo, interesse do governo na região por suas características estratégicas e econômicas) e étnica propriamente dita (rivalidades históricas, preconceito étnico). Ainda assim, o discurso jornalístico termina por reforçar o preconceito, sinalizando na maioria das vezes a religião uigur em oposição à identidade ‘chinesa’ dos han.

Por outro lado, trata-se, efetivamente, de um território unificado sob o governo chinês – assim, a territorialidade faria dos uigures *cidadãos chineses*, reconhecidos no censo oficial como uma minoria e, ao menos no papel, com direitos constitucionais. Ainda assim, o articulista Hélio Schwartzman os descreve da seguinte forma, na coluna “Saiba mais” do Caderno Mundo, na quinta-feira, dia 09 de julho: *“Eles podem ser loiros, ter olhos claros, seguem o islã e carregam um passaporte chinês. Os inverossímeis uigures são apenas uma das 55 minorias oficialmente reconhecidas pelo governo de Pequim”*.

Esta fala leva-nos a perguntar pela representação dos chineses no discurso jornalístico e seu direito à comunicação: Por serem distintos do estereótipo chinês, os uigures não possuiriam direitos como cidadãos do país – apenas “possuem passaporte chinês”? Que ideologias e discursos se ocultam atrás do adjetivo “inverossímeis” que lhes é atribuído? Como podem repercutir na recepção dos leitores, especialmente em outros países, como o Brasil, tais discursos?

O silenciamento internacional quanto aos conflitos étnicos e as minorias passa a ser a agenda do momento quando a mídia também deixa de cumprir seu papel de trazer ao conhecimento a verdade dos fatos ou atua na reprodução das ideologias, sem questioná-las. No dizer de Freire,

Nas sociedades massificadas, os indivíduos “pensam” e agem de acordo com as prescrições que recebem diariamente dos chamados meios de comunicação. Nestas sociedades, em que tudo ou quase tudo é pré-fabricado e o comportamento é quase automatizado, os indivíduos se “perdem” porque

não têm de “arriscar-se”. (...) Ao escrever, não posso ser um puro narrador de algo que considere um *fato dado*, mas, pelo contrário, tenho de ser uma mente crítica, inquieta, curiosa, constantemente em busca, admitindo-me como se estivesse com os leitores que, por sua vez, devem recriar o esforço de minha busca. (FREIRE, 1978, p. 83,87 – grifos do autor)

Nas matérias, a crítica à política repressora de Pequim é, em diversos momentos, subentendida e, mesmo quando explícita, não chega a ser contundente. Cita-se a reocupação territorial, a preferência governamental por grupos, a discriminação às minorias nos setores de decisão do País, mas não há uma denúncia – apenas uma vez o conflito do dia 05 foi descrito como massacre, mas, como não se sabe com certeza o número dos mortos, não se atribui responsabilidade ao governo no episódio. Fica a balança discursiva a pender mais negativamente para os uigures no teor geral da notícia.

Ao final, permanece a afirmação do repórter-correspondente de que não há “transparência” ou clareza nas informações do governo. Mesmo quando a desigualdade econômica ou social é evocada na raiz dos conflitos (Domingo, 12 de julho, Caderno Mundo, A20, matéria da Redação), volta-se à questão religiosa sempre que possível. De fato, a vinculação religiosa dos uigures é usada como desculpa do governo chinês para reprimir suas manifestações em nome do combate ao terrorismo, após os eventos de 11 de setembro de 2001, fato citado por quatro vezes no total das matérias analisadas.

Por fim, apresentamos, a título de informação adicional, uma listagem das referências que descrevem tanto o conflito quanto os manifestantes (han ou uigures):

Tabela 5: Referências sobre os conflitos e grupos

Motivações e descrições do Conflito	Envolvidos
Violentos distúrbios	Estudantes
Violência étnica	Manifestantes
Histórias escabrosas	Sem trabalho
Histórico de separatismo	Alijados
Vandalismo	Moradia irregular
Prisões aleatórias	Minoria enclausurada
Confronto étnico	Grupos rivais
Repressão do governo	Estigmatizados
Ressentimentos históricos	Terroristas islâmicos
Realocação territorial	Detentos
Abusos	Muçulmanos pobres
Situações explosivas	Ativistas
Linchamentos	Excluídos
Toque de recolher	População de baixa renda
Onda de violência	Zona rural
Radicalismo religioso	Assassinados
Separatismo	Mortos pela polícia
Choques	
Distúrbios	
Ataques de muçulmanos	
Agressão à polícia	

Elementos para a construção de uma comunicação cidadã

A análise das matérias à luz dos conceitos de Paulo Freire nos permite postular por uma comunicação mais cidadã não apenas nos meios alternativos, mas também e especialmente na grande imprensa, devido ao seu alcance, pertinência e importância na transmissão das informações e construção dos conhecimentos e representações sociais. Vamos aqui retomar os conceitos

inicialmente expostos e observar, a partir da análise das matérias, sua viabilidade no enunciado jornalístico.

A superação da neutralidade e a abertura para o conhecimento: o olhar local sobre o evento global

É necessário que haja um “olhar mais local” sobre questões globais, mesmo considerando os custos econômicos e outras dificuldades para se manter um jornalista no exterior. Nas matérias elaboradas pelo correspondente, o olhar *in loco* permitiu uma aproximação mais adequada dos interlocutores das duas etnias, uma percepção mais aguçada das realidades, uma fala que mais de perto atinge o leitor do jornal.

As observações do jornalista, como fruto direto de sua atividade e não a partir de informações de “segunda mão”, permitem ao leitor aguçar sua percepção da realidade e melhor refletir acerca dela. Isso torna possível superar tanto o dualismo que caracteriza a maior parte das análises da realidade quanto também a pretensa neutralidade, para mais decisivamente postar-se pela promoção da humanização. De fato, ao descrever seus entrevistados, indo além da repetição do conteúdo por eles exposto verbalmente, o jornalista os humaniza e as aproxima do leitor.

Por mais que os pressupostos religiosos, por exemplo, estejam presentes no leitor, ele estará mais propenso a enxergar o outro como alguém mais próximo, quando se descrevem, por exemplo, as lutas pela sobrevivência, pelo emprego e pela moradia digna dos *uigures*, bem como sua constituição familiar e até mesmo as cores de sua roupa e as deformidades decorrentes de seus ferimentos. O mesmo ocorre em relação aos *han*, cujas dificuldades cotidianas aparecem na narrativa jornalística, bem como seu espanto face à violência. Apesar de, como já anteriormente mencionamos, faltar-lhe o posicionamento definitivo, a cobertura do correspondente continua a manter maior proximidade com os sujeitos e, por isso, sua contribuição para um conhecimento mais profundo do leitor é maior do que as notícias de agências internacionais, nas quais o aspecto humano da narrativa se perde com mais facilidade. Embora esteja falando sobre o educador, entendemos caber bem aqui a postura de Freire quando afirma a diferença entre o reacionário e o transformador na sua ação:

Se o primeiro, proclamando a inexistente neutralidade de seu que-fazer, entretém os indivíduos, os grupos e as comunidades com formas de ação

puramente anestésicas, o que opta pela mudança empenha-se em desvelar a realidade. Trabalha *com*, jamais *sobre* os indivíduos, a quem considera sujeitos e não objetos de sua ação. (FREIRE, 1978, p. 40, grifos do autor)

Assim, a aproximação maior do autor com o outro, que aparece como sujeito em sua narrativa, com nome, rosto e palavra (ainda que intermediada e, portanto, passível de censura por parte do jornalista e/ou veículo), é tanto possível quanto capaz de gerar empatia e reconhecimento deste sujeito também por parte do leitor do outro lado do mundo. Por isso, o texto jornalístico assume seu viés cidadão quanto mais é capaz de promover um processo de reflexão sobre a realidade (do leitor tanto quanto do autor):

É no momento em que os indivíduos, atuando e refletindo, são capazes de perceber o condicionamento de sua percepção pela estrutura em que se encontram, sua percepção começa a mudar, embora isso ainda não signifique a mudança da estrutura. É algo importante perceber que a realidade social é transformável; que, feita pelos homens, pelos homens pode ser mudada, que não é algo intocável, um fardo, uma sina, diante de que só houvesse um caminho: a acomodação a ela. (...) que o fatalismo vá sendo substituído por uma crítica esperança que pode mover os indivíduos a uma cada vez mais concreta ação em favor da mudança radical da sociedade. (FREIRE, 1978, p. 39-40)

A escolha das palavras: comunicação ou manipulação

Na construção discursiva das matérias analisadas, ainda está presente a estereotipização que caracteriza, neste caso, basicamente, uma etnia a partir de sua religião. É claro, para qualquer estudioso do processo comunicacional, que nenhum discurso é isento de ideologias, nem que essas sejam, necessariamente, algo negativo. Entretanto, como define Althusser, “a ideologia é a maneira pela qual os homens vivem sua relação com as condições reais da existência e esta relação é necessariamente imaginária” (BRANDÃO, 1998, p. 22).

Por esse aspecto, a ideologia que o jornalista traz embutida em seu discurso, como parte de sua identidade tanto pessoal quanto relativa ao veículo para o qual atua, deve ser para ele sempre uma questão de autoanálise. Se ele não lhe for clara ou nem mesmo consciente no seu discurso, se ele não tiver presente o caráter imaginário da mesma, tudo isso pode levar a um distanciamento da realidade e do outro. É esse distanciamento que a comunicação,

na qualidade de diálogo, como propugna Freire, deve superar, para promover a humanização e o encontro verdadeiro. A comunicação dialógica promove a diminuição do estranhamento que o outro pode causar num primeiro momento, face ao nosso desconhecimento. Essa comunicação permite desvelar, inclusive, os diferentes graus de realidade existentes num dado momento histórico, pois “a realidade concreta nunca é, apenas, um dado objetivo, o fato real, mas também a percepção que dela se tenha” (FREIRE, 1978, p. 51).

Por exemplo, o termo “muçulmano” está hoje carregado de sentidos que, embora encontrem fundamento na realidade, não esgotam a variedade de experiências e de posturas deste grupo religioso. Por outro lado, ser muçulmano também não exprime a totalidade das experiências dos uigures e suas necessidades no território chinês, as quais estão ligadas a uma gama de outros fatores, além do religioso (embora este não possa nem deva ser desprezado). Ao falar dos uigures preponderantemente pelo viés da religião, o discurso jornalístico oculta (intencionalmente ou não) outros sentidos de ser uigur que podem ser tão ou mais relevantes neste momento histórico e nesta situação concreta.

Por outro lado, sendo os *han* considerados *chineses* na maioria das referências a eles feitas nas matérias, não se pergunta pelo conceito de cidadania ou de territorialidade. O que é ser chinês na China atual? O que é ser um cidadão, neste contexto? A nacionalidade de um povo pode, nesta sociedade pós-moderna, ser definida meramente por questões religiosas ou étnicas? Essas perguntas passam ainda à margem nas matérias colocadas, mas encontram-se no cerne de situações similares que ocorrem em todo o mundo. Paulo Freire enfatiza em seus escritos que sempre se deve considerar a concretude da situação dada para melhor agir face a ela. Se isso não ocorre e a visão do outro se reduz a um senso comum, o direito do *uigur* e do *han* à sua plenitude de ser é retirado e, com ele, o direito de comunicar-se, de apresentar-se por inteiro na relação com o outro, qual seja ele: seu compatriota, o jornalista ou o leitor. O que ensejamos ressaltar aqui que a escolha das palavras é um ato concreto que estabelece representações sociais e fomenta ou não a cidadania, o direito à comunicação, à vida.

Também é importante que temas de interesse de grupos minoritários na sociedade mundial encontrem espaço nos jornais de grande circulação, entrando, assim, na agenda social de um modo mais contundente. Por exemplo, o conflito na China permitiu à Folha trazer ao conhecimento dos leitores a opinião, a fala e o rosto da líder internacional dos uigures, Rebya Kadeer, muito

embora ela seja descrita pelo editor-adjunto da Folha como “uma versão muçulmana do Dalai-Lama”. Não é raro que a voz desses líderes internacionais de minorias só se faça ouvir em meio a conflitos cuja abrangência os torne “notícia”, seguindo à margem das pautas mundiais na maior parte do tempo. E, ainda assim, fica-se muitas vezes na análise primeira dos eventos, sem chegar ao que Freire chama de “estrutura profunda” – o mundo de problemas a ser discutidos e que se encontram apontados na “estrutura de superfície”.

Considerações finais

A análise da cobertura da Folha de São Paulo aos conflitos étnicos na China demonstrou que a presença do jornalista correspondente traz maior consistência, proximidade e diversidade de olhares sobre as notícias internacionais. As agências de notícias, dada sua constituição e amplitude, jamais conseguiriam, de fato, dar conta do todo de forma a produzir uma comunicação dialógica, com a necessária polifonia que potencializa o ser dos diferentes sujeitos e lhes dá acesso para dizer sua palavra.

Ainda assim, torna-se necessário superar as limitações impostas pelos interesses que ainda dominam a produção da notícia, desde as particularidades do jornalista (como, por exemplo, a autocensura) às imposições econômicas, políticas, ideológicas e mercantilistas dos governos, da sociedade e dos próprios veículos de comunicação. Neste caso, embora tenham sido pontuadas as diversas vertentes do problema étnico na China, o que predominou foi uma visão dualista das etnias, relativizando-se os interesses do Estado no processo e ressaltando-se a questão religiosa, como demonstra a análise de conteúdo.

A preocupação de Paulo Freire em um fazer/agir consolidado a partir de situações concretas, dadas historicamente, é uma importante ferramenta para o jornalista revisar sempre seu enunciado, de modo a não cristalizar representações, permitindo sempre a visão do outro como sujeito e não como objeto da matéria produzida. O conjunto dessas contribuições, no caso das matérias em questão, poderia, por exemplo, nos apontar que discussões “étnicas” existem também no Ocidente, na América Latina e no Brasil, mas aqui chamadas por outros nomes, partilhando de um catálogo distinto de palavras e, por isso mesmo, tendo o viés ideológico manifesto de outra forma.

Não cabe, no corpo deste artigo refletir acerca das outras matérias internacionais, mas, nas mesmas edições, vieram notícias sobre a Suprema Corte Norte-americana, que se preparava para acolher sua primeira representante feminina de origem latino-americana. As matérias falavam a respeito das preocupações de diversos setores norte-americanos com essa escolha e as implicações da presença de uma juíza de origem latina num espaço de tanto poder, num país de Primeiro Mundo. Por que outras palavras são usadas, que não a etnia, para abordar essa realidade, mas, sim “ativismo jurídico”?

De igual modo, os conflitos hoje também envolvendo os indígenas em nosso País nos mostram que, muitas vezes, na constituição da notícia, eles aparecem como não-brasileiros frente a outros habitantes do mesmo País. Fala-se nas matérias analisadas sobre os direitos das minorias na China e como a maioria deles permanece no papel, para ser apresentado ao mundo como respeito aos direitos humanos e favorecer questões de mercado. De que forma as controversas questões brasileiras acerca de cotas nas universidades também camuflam os mesmos problemas chineses de falta de infraestrutura, de apoio efetivo do governo à educação? Por que problemas similares são abordados discursivamente de maneiras distintas quando se trata de outros países e quando se fala do nosso quintal?

São questões imprescindíveis para se pensar quando postulamos por uma comunicação cidadã no jornalismo brasileiro. A escolha de palavras possui uma grande força ideológica na constituição das identidades e é papel do jornalista escolhê-las com sobriedade, se quiser mostrar-se comprometido, na acepção de Freire ao termo.

Referências

- BRANDÃO, Helena Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 7. ed. Campinas, Editora da Unicamp, 1998.
- FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. 3. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* (trad. Rosisca Darcy de Oliveira). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1971.
- LIMA, Venício. *Mídia, teoria e política*. 2. ed. São Paulo, Perseu Abramo, 2004.

- MEDITSCH, Eduardo B. V. e FARACO, Mariana Bittencourt. O pensamento de Paulo Freire sobre jornalismo e mídia. In: *Intercom*, São Paulo, v. XXVI, n. 1, p. 25-46, 2003.
- SOARES, Maíra. Cobertura jornalística internacional: formas de produção e implicações atuais. In: *Digitalização e Sociedade*. II Encontro da Ulepicc. São Paulo, Bauru, 2008, p. 1179-1193. Disponível em: www2.faac.unesp.br/pesquisa/lecotec/eventos/ulepicc2008/anais/2008_Ulepicc_1179-1193.pdf, acesso em 23 de julho, 2009.
- VIZEU, Alfredo. *A produção de sentidos no jornalismo: da teoria da enunciação à enunciação jornalística*. In: Anuário Internacional de Comunicação Lusófona, 2004, p. 141-153.